



ESTUDO DE CASO EM EMPRESA DE ALIMENTOS: IMPLEMENTAÇÃO DA TABELA NUTRICIONAL

BARBARA JULIANA PINHEIRO BORGES; MARIA GABRIELA SIQUEIRA TAVARES

Introdução: Ainda existem diversas empresas de pequeno/médio porte que, apesar de atuarem de forma direta na produção de alimentos, não têm conhecimento sobre a obrigatoriedade da rotulagem de todos os alimentos embalados na ausência dos consumidores e como esse déficit informativo pode impactar negativamente na saúde e bem-estar dos clientes. Segundo o art. 6º do Código de Defesa do Consumidor, o cliente tem o direito de saber o que está comprando. **Objetivo:** Conscientizar e implementar a tabela nutricional para os produtos das empresas visando atender à legislação vigente. **Material e método:** Para a realização da pesquisa foi necessário inicialmente a aprovação no Comitê de Ética (Parecer nº 6.420.966). Assim, foi realizado o estudo de caso em uma empresa produtora de marmitas congeladas, produtos prontos para consumo e embalados na ausência do consumidor o que, segundo a RDC nº 429/2020, exige a obrigatoriedade da tabela nutricional. **Resultados:** O cardápio e a composição de cada refeição foram obtidos a partir do questionário respondido pelo(a) proprietário(a) da empresa. A empresa participante do estudo divulga seu trabalho por meio das redes sociais, e produz diariamente uma média de 20 marmitas pelo valor de R\$18,00 e todas são vendidas, sendo transportadas até o consumidor via delivery. O estabelecimento não possui nutricionista ou outro profissional técnico para auxiliar na montagem dos cardápios. Além disso, não tem nenhum tipo de treinamento acerca da tabela nutricional e não acrescenta informações sobre componentes alérgenos no rótulo. A empresa compreendeu a importância da tabela nutricional e a obrigatoriedade, mas se recusou a implementar em seus produtos. **Conclusão:** Apesar do cenário de alimentos congelados se encontrar em grande expansão, o nicho de marmitas congeladas ainda não se encontra totalmente de acordo com as exigências da legislação vigente.

Palavras-chave: **SEGURANÇA ALIMENTAR; DIREITO DO CONSUMIDOR; INFORMAÇÃO NUTRICIONAL**